

Onde estamos e para onde vamos

Eliseu Alves¹

Há um conjunto bastante consolidado de características da nossa agricultura que convive com outro conjunto que representa a fase de transição. Baseado no Censo Agropecuário de 2006, o primeiro deles compõe-se de 500 mil estabelecimentos – 11,4% de 4,4 milhões de estabelecimentos que declararam produção e usar terra para produzir. Eles geraram 87% do valor da produção de 2006. No segundo grupo, estão 3,9 milhões de estabelecimentos – 88,6% do total. A este último coube 13,3% do valor da produção.

O primeiro grupo é a base do agronegócio, responsável pelo excedente exportável e muito do nosso abastecimento. Nele, registraram-se 23.306 estabelecimentos, que responderam por 51% do valor da produção. Se a clonagem de estabelecimentos fosse viável, 46 mil estabelecimentos teriam respondido por toda a produção brasileira. É um alerta sobre a tendência de evoluirmos para um meio rural com número muito reduzido de agricultores comandando uma poderosa agricultura.

Eram parte do segundo grupo 2,9 milhões de estabelecimentos que geraram tão somente 3,3% do valor da produção. E cada um deles produziu apenas 0,5 salário mínimo mensal de valor da produção. Cerca de 12 milhões de pessoas residiam neles – imensa pobreza, portanto. E a maioria delas reside no Nordeste. Esse grupo está à espera de migrar para as cidades e não faz isso imediatamente porque faltam-lhe recursos para partir, emprego nas cidades próximas de

sua residência e porque ele tem o apoio das políticas de transferência de renda. A migração de longo percurso é dispendiosa, e a incerteza de ficar desempregado é elevada. Esses quase três milhões de produtores têm de ser socorridos com políticas de transferência de renda e com políticas que favoreçam o emprego em tempo parcial. Ou seja, é muito importante o desenvolvimento de toda a agricultura.

O outro milhão de estabelecimentos do segundo grupo gerou, por estabelecimento, 4,4 salários mínimos de valor de produção, cerca de um salário mínimo para cada adulto residente. Distribuem-se por todo o País, com maior presença na região Sul. Mas é possível uma solução agrícola para os seus agricultores. Por serem pequenos produtores, eles vendem a produção por preço muito inferior ao que consegue o grande produtor e compram os insumos por preço mais elevado, o que inviabiliza a tecnologia que faz a terra produzir mais por hectare. Portanto, a inclusão desse um milhão de produtores na agricultura moderna não ocorrerá sem a remoção dos obstáculos que redundam numa relação preço produto/insumo desfavorável à pequena produção. Quanto a isso, a região Sul, com suas cooperativas, associações e o envolvimento de prefeituras e de governadores na batalha por uma relação de preço mais favorável, avançou muito mais que as outras.

O grupo de 500 mil produtores pode andar por conta própria. Precisa de políticas de

¹ Engenheiro-agrônomo, Ph.D. em Economia Rural, assessor do Presidente da Embrapa. E-mail: eliseu.alves@embrapa.br

caráter geral, como taxas de juros competitivas com as dos países avançados, investimentos em infraestrutura e pesquisa, estabilidade macroeconômica, redução do custo Brasil, redução ou remoção das barreiras às exportações e investimentos em defesa sanitária.

A discussão acima serve de base para uma visão mais geral de nossa agricultura, apresentada a seguir.

Nossa agricultura é comandada por centros de decisão urbanos, localizados no Brasil e exterior, em cidades polos que concentram informações sobre preços, tecnologias e tendências. Elas são ricas em serviços do mercado financeiro, como bancos, escritórios de advocacia e oficinas de variadas funções e concentram lideranças e o poder políticos. O modelo de organização dominante é o capitalista, comandado pela busca do lucro e pelo capital financeiro, tendo como base relações formalizadas de trabalho, sob o domínio de mecanização intensa. Nos estabelecimentos, a tecnologia é guiada pela necessidade de reduzir custos e poupar recursos naturais, mas também terra e trabalho, porque os aluguéis e salários pesam muito nos dispêndios da produção. Do ponto de vista espacial, as regiões se especializam, levando em conta as vantagens comparativas para reduzir custos.

Então, eis o cenário: campos esvaziados pelo intenso êxodo do período 1950–2010; agricultura poderosa servida por poucos agricultores residentes; mercados de trabalho rural e urbano

que funcionam como se fossem vasos comunicantes muito bem interconectados; e milhões de excluídos da modernização, sustentados pelos programas de transferência de renda – os mais jovens com o pé na estrada rumo às cidades e deixando para trás os parentes idosos.

Criamos imensa capacidade de produção, baseada nos mercados interno e externo, mas a redução do poder de compra dos brasileiros, principalmente dos mais pobres, é fatal para o agronegócio. Assim, é imperativo que o Brasil elimine a depressão e volte a crescer. O crescimento de nossa exportação aliado à modernização da agricultura explicam boa parte do sucesso do agronegócio. Daí nascem duas prioridades principais para a política agrícola: ampliar as exportações e os investimentos públicos e privados em ciência e tecnologia.

Portanto, a política agrícola enfrenta importantes desafios: expandir o agronegócio para gerar desenvolvimento econômico, com contas externas equilibradas, abastecer o mercado interno com produtos de elevada qualidade e preços acessíveis, incluir os excluídos da modernização e amparar as famílias rurais sem condições de resolver o problema de pobreza com a agricultura. Sobre desenvolver a agricultura sabemos muito. O desafio que persiste é usar a agricultura como instrumento de luta contra a pobreza rural. Aprendemos que a chave da solução está na tecnologia e que apenas distribuir terra resultará em mais pobreza.